

Ministros já aceitam cortes

Mas os governadores vão pressionar

Os ministros já consideram irreversíveis os cortes em seus orçamentos para o próximo ano, com a redução da dotação global equivalente a 1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Mas os governadores dos Estados mais atingidos ainda tentam salvar algum apoio financeiro da União para 1989. Até a próxima terça-feira, as pressões dos governadores estarão concentradas no Executivo para, depois, cairem sobre o Congresso Nacional, durante a tramitação da proposta orçamentária da União.

No geral, prevaleceram os cortes projetados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, após as mais diferentes reações dos ministérios atingidos. Isoladamente, detentor do maior orçamento do Governo Federal, o Ministério dos Transportes, sofreu também o maior corte absoluto, com a redução da dotação original pela metade. Mas, amigo pessoal do presidente José Sarney, o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, pouco reclamou, ao pressentir que a Operação Desmonte era para valer.

O ministro da Administração, Aluizio Alves, até elogiou o seu colega do Planejamento, João Batista de Abreu, pela "excelente" revisão orçamentária. Segundo Aluizio Alves, a Seplan cortou o orçamento de mais de Cr\$ 1 bilhão justamente os 10 por cento que podiam ser cortados. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, não teve do que reclamar, uma vez que o seu ministério ficou praticamente à margem da Operação Desmonte.

Outros seguiram o exemplo do ministro do Interior, João Alves. Ficaram insatisfeitos com os cortes elevados, porém, preferiram manter silêncio. Dos novos ministros, o da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, apoiou a alternativa da privatização para conviver com orçamento menor em 1989. Os da Reforma Agrária, Leopoldo Bessone, e da Ciência e Tecnologia, Ralph Biasi, sequer tiveram tempo de avaliar o impacto dos cortes programados pela Seplan.

